Dinâmica migratória do Estado do Rio de Janeiro: um balanço do período 1991-2000-2010[1].

Autora: Vivian Alves da Costa Rangel Gomes[2]

Resumo

Passadas três décadas a dinâmica migratória se ajustou a diferentes realidades. No Brasil, novos fluxos foram identificados, marcados ou não pelo retorno, novas características migratórias surgiram. Este trabalho consiste em apresentar a dinâmica migratória do Estado do Rio de Janeiro no decorrer desse período de estudo para apurar e apontar possíveis diferenciações. A análise se baseia no estudo do migrante de data fixa enumerado no Censo de 1991, 2000 e 2010. O objetivo é refletir sobre o que as possíveis diferenciações se referem quanto ao processo sociodemográfico. A identificação das áreas que exercitam esta troca com o Estado do Rio de Janeiro é de grande importância para a compreensão dessa dinâmica.

Dinâmica migratória do Estado do Rio de Janeiro: um balanço do período 1991-2000-2010.

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes

Considerações iniciais

De acordo com Lago (2000, p. 162) a transição demográfica brasileira se caracteriza, além das transições da mortalidade e da fecundidade, por mudanças significativas no padrão de urbanização que ocorreram prioritariamente na década de 1980.

Para Martine (1993) esse novo padrão se refletiu na mudança das trocas migratórias como o "arrefecimento da migração rural-urbana" e a diminuição da concentração nas grandes cidades da Região Sudeste. A década de 1980 foi então marcada pela redução do movimento migratório interno no Brasil.

Nesta perspectiva Cunha e Baeninger (2007) afirmam que a transformação dos "espaços de migração" mudaram as tendências históricas, mas também influenciaram o surgimento de novas direções com a intensificação ou desaceleração de algumas modalidades migratórias.

Uma das modalidades observada pelos autores é a intensificação da troca interestadual, além da migração intrarregional e da redução da ocupação de fronteiras.

[1] Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino Americana de População, realizado em Lima-Peru, de 12 a 15 de agosto de 2014.

[2] Doutoranda em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. viviankosta@nepo.unicamp.br>

A alteração do padrão de urbanização identificada na década de 1980 se relaciona com a reestruturação produtiva pela qual os grandes centros urbanos passaram na conjuntura econômica após os "Choques do Petróleo" da década anterior.

Apesar de ser considerada uma modalidade migratória "clássica", a migração interestadual no cenário brasileiro e em um contexto pós década de 1980, apresenta diferenciações que podem suscitar os reflexos da crise econômica enfrentada pela economia brasileira durante a "década perdida".

O Estado do Rio de Janeiro: um espaço migratório.

Cunha e Baeninger (2007) afirmam que a diversidade regional brasileira é importante no que tange à economia e às políticas públicas. O "Brasil fragmentado" em regiões mais prósperas e outras menos, influencia o volume e a intensidade dos fluxos migratórios.

> "Cabe señalar además que estas desigualdades económicas regionales se reflejan también en una gran heterogeneidad en términos de ingreso que, entre otros aspectos, revelan las diferencias existentes en los mercados de trabajo. Las diferencias en los aparatos productivos de las regiones brasileñas, sobre todo al comparar el sudeste y el nordeste y norte, se expresan en el hecho de que no solo se crean más puestos de trabajo sino que además los tipos de empleo, en particular, los mejores remunerados, también tienden a concentrarse en aquella región". Cunha e Baeninger (2007, p.6)

Neste cenário o Estado do Rio de Janeiro figura como um dos principais destinos na Região Sudeste. No contexto de nova complexidade adquirida a partir da década de 1980, as migrações internas no Brasil refletiram trocas na situação de domicílio urbano-urbano.

Neste estudo avaliaremos as trocas migratórias interestaduais com enfoque para o Estado do Rio de Janeiro por meio da matriz migratória do migrante DATA-FIXA. Nesta perspectiva, é considerada migrante a pessoa que mudou de residência para um estado diferente em uma data fixada no recenseamento.

A tabela 01 apresenta os volumes de imigração e emigração interestadual no Brasil segundo Unidades de Federação com base nos Censos de 1991, 2000 e 2010. O estado do Rio de Janeiro se manteve ao longo de todo o período de estudo com volumes de trocas, seja de imigração ou emigração, que representam por volta de 5,5% do total das trocas migratórias do país.

A tabela indica que ocorre uma retomada do volume da emigração dos estados da Região Nordeste como Bahia, Piauí e Maranhão onde a emigração é praticamente o dobro da imigração. Em termos de volume de imigração, nenhum estado supera São Paulo que ostenta um volume de imigrantes que corresponde a 20% das trocas ocorridas no país.

Tabela 01

Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais, Unidades da Federação, Brasil 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010						
Estados	**1985-1991**		**1995-2000**		**2005-2010**	
	Imigração	**Emigração**	**Imigração**	**Emigração**	**Imigração**	**Emigração**
Rondônia	127058	94462	83325	72734	65865	53639
Acre	12981	14344	13635	16069	13879	14747
Amazonas	59366	44287	89626	58658	71450	51302
Roraima	35346	6693	47750	14380	25555	11207
Pará	212437	183197	182045	234235	162005	201832
Amapá	23641	7149	44582	15113	37026	15226
Tocantins	82327	71804	95430	82513	85704	77052
Maranhão	103447	237929	100820	274470	105682	270663
Piauí	72949	139447	88736	140815	73614	144036
Ceará	121649	245166	162926	186709	112372	181223
Rio Grande do Norte	75570	76443	77917	71286	67728	54014
Paraíba	88903	174058	102005	163485	96028	125523
Pernambuco	171677	317232	164872	280289	148498	223586
Alagoas	60881	112632	55967	127949	53591	130307
Sergipe	55976	42213	52109	56931	53038	45143
Bahia	186614	469091	250572	518038	229226	466360
Minas Gerais	371888	479398	447781	408659	376519	390624
Espírito Santo	135421	90908	129169	95166	130820	70120
Rio de Janeiro	**253402**	**295071**	**319749**	**274212**	**270412**	**247308**
São Paulo	1392792	647994	1223809	883884	991313	735517
Paraná	269080	475197	297308	336998	272181	293694
Santa Catarina	170304	125001	199651	139665	301343	128888
Rio Grande do Sul	114295	138857	113395	152891	102613	177262
Mato Grosso do Sul	124046	105021	97709	108738	98972	80907
Mato Grosso	226905	118332	166297	123726	143956	121589
Goiás	268063	156655	372702	169898	363933	156104
Distrito Federal	195233	143670	216200	188576	190422	175872
Total	5012251	5012251	5196087	5196087	4643745	4643745

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

No período 1986-1991, conforme tabela 02, o estado do Rio de Janeiro apresentou saldo migratório negativo indicando o estado como um espaço de migração de menor atração. Provavelmente, esse resultado seja fruto do reflexo da redução das trocas migratórias ocorridas nas décadas de 1970 e 1980. O que é evidente é a inversão desse comportamento com a retomada do aumento do volume da imigração para o estado.

Tabela 02

SALDOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS - UF RIO DE JANEIRO - 1991-2010 (DATA FIXA)			
ANO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO (I-E)
1991	253402	295071	-41669
2000	319749	274212	45537
2010	270412	247308	23104

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

De forma geral, a imigração cujo destino é o estado do Rio de Janeiro apresentou algumas características relevantes e que devemos destacar como apresentadas na tabela 03 que mostra a migração interestadual com esse destino. Os estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo foram os estados que mais emitiram migrantes para o Rio de Janeiro no período em estudo. O destaque ocorre para o estado de Minas Gerais com a emissão de um contingente populacional de cerca de 18% para o ano de 1991, 15% para o ano de 2000 e de 17% para ao ano de 2010 dos ingressos no estado.

Tabela 03

Migração Interestadual DATA FIXA - DESTINO RIO DE JANEIRO - 1991-2000-2010						
ORIGEM	1991	%	2000	%	2010	%
Rondônia	1697	0.7	1104	0.3	841	0.3
Acre	353	0.1	291	0.1	472	0.2
Amazonas	3037	1.2	3647	1.1	4097	1.5
Roraima	205	0.1	971	0.3	351	0.1
Pará	6949	2.7	8235	2.6	7137	2.6
Amapá	217	0.1	291	0.1	167	0.1
Tocantins	208	0.1	606	0.2	547	0.2
Maranhão	7362	2.9	12442	3.9	10840	4.0
Piauí	3394	1.3	5641	1.8	4414	1.6
Ceará	23346	**9.2**	27349	**8.6**	25819	**9.5**
Rio Grande do Norte	8676	3.4	9658	3.0	5685	2.1
Paraíba	30434	**12.0**	44146	**13.8**	24172	**8.9**
Pernambuco	19392	**7.7**	22595	**7.1**	14717	5.4
Alagoas	4250	1.7	5409	1.7	3861	1.4
Sergipe	2305	0.9	4450	1.4	2754	1.0
Bahia	19026	7.5	29035	**9.1**	27031	**10.0**
Minas Gerais	45555	**18.0**	48324	**15.1**	46865	**17.3**
Espírito Santo	16980	6.7	18250	5.7	17788	6.6
São Paulo	32659	**12.9**	45105	**14.1**	41101	**15.2**
Paraná	4881	1.9	5793	1.8	5086	1.9
Santa Catarina	2147	0.8	3370	1.1	3703	1.4
Rio Grande do Sul	6593	2.6	7755	2.4	7545	2.8
Mato Grosso do Sul	1770	0.7	3248	1.0	3341	1.2
Mato Grosso	1337	0.5	1892	0.6	1728	0.6
Goiás	1804	0.7	2710	0.8	2519	0.9
Distrito Federal	8825	3.5	7432	2.3	7831	2.9
TOTAL DE IMIGRANTES	253402	100.0	319749	100.0	270412	100.0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Quanto à saída de população em busca de um estado diferente para residir, o Rio de Janeiro emitiu população que se destinou com maior intensidade para os estados da Paraíba, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Nesse contexto, que os estados de Minas Gerais e São Paulo são os principais destinos dos emigrantes do Rio de Janeiro.

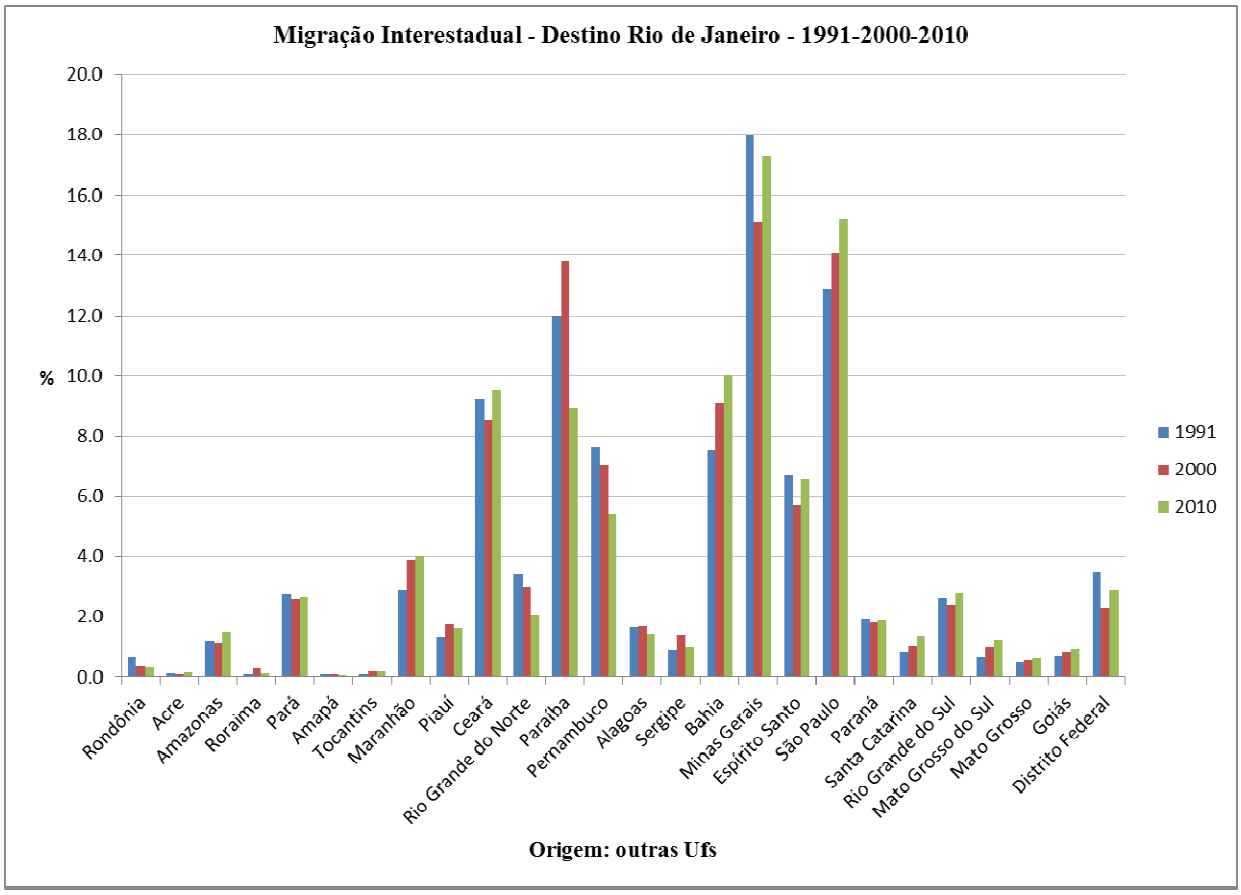
Tabela 04

Migração Interestadual DATA FIXA - ORIGEM RIO DE JANEIRO - 1991-2000-2010						
DESTINO	1991	%	2000	%	2010	%
Rondônia	2381	0.8	1571	0.6	1094	0.4
Acre	433	0.1	558	0.2	412	0.2
Amazonas	3033	1.0	5280	1.9	5491	2.2
Roraima	742	0.3	612	0.2	568	0.2
Pará	5853	2.0	6587	2.4	4527	1.8
Amapá	418	0.1	258	0.1	395	0.2
Tocantins	578	0.2	577	0.2	888	0.4
Maranhão	4510	1.5	4179	1.5	3961	1.6
Piauí	2048	0.7	2231	0.8	2057	0.8
Ceará	13417	4.5	16014	**5.8**	12264	5.0
Rio Grande do Norte	9730	3.3	10062	3.7	9118	3.7
Paraíba	18135	**6.1**	16761	**6.1**	16538	**6.7**
Pernambuco	12045	4.1	10866	4.0	9802	4.0
Alagoas	3751	1.3	2771	1.0	2329	0.9
Sergipe	4348	1.5	3028	1.1	3081	1.2
Bahia	14677	5.0	15280	**5.6**	13891	**5.6**
Minas Gerais	58084	**19.7**	57049	**20.8**	45487	**18.4**
Espírito Santo	29262	**9.9**	28927	**10.5**	22977	9.3
São Paulo	63291	**21.4**	46959	**17.1**	46379	**18.8**
Paraná	8773	3.0	7842	2.9	7915	3.2
Santa Catarina	5656	1.9	6127	2.2	6941	2.8
Rio Grande do Sul	8434	2.9	8269	3.0	8408	3.4
Mato Grosso do Sul	4019	1.4	3849	1.4	4431	1.8
Mato Grosso	2413	0.8	1557	0.6	1477	0.6
Goiás	5710	1.9	4550	1.7	4625	1.9
Distrito Federal	13330	4.5	12448	4.5	12252	5.0
TOTAL DE EMIGRANTES	295071	100.0	274212	100.0	247308	100.0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Conforme apresentamos no gráfico 1, a migração interestadual com destino ao estado do Rio de Janeiro tem no ano de 1991 os maiores volumes de imigrantes com origem nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraíba, que se mantém para o ano de 2000. No ano de 2010, as principais origens são mantidas, mas o estado da Bahia se revelar como um emissor relevante.

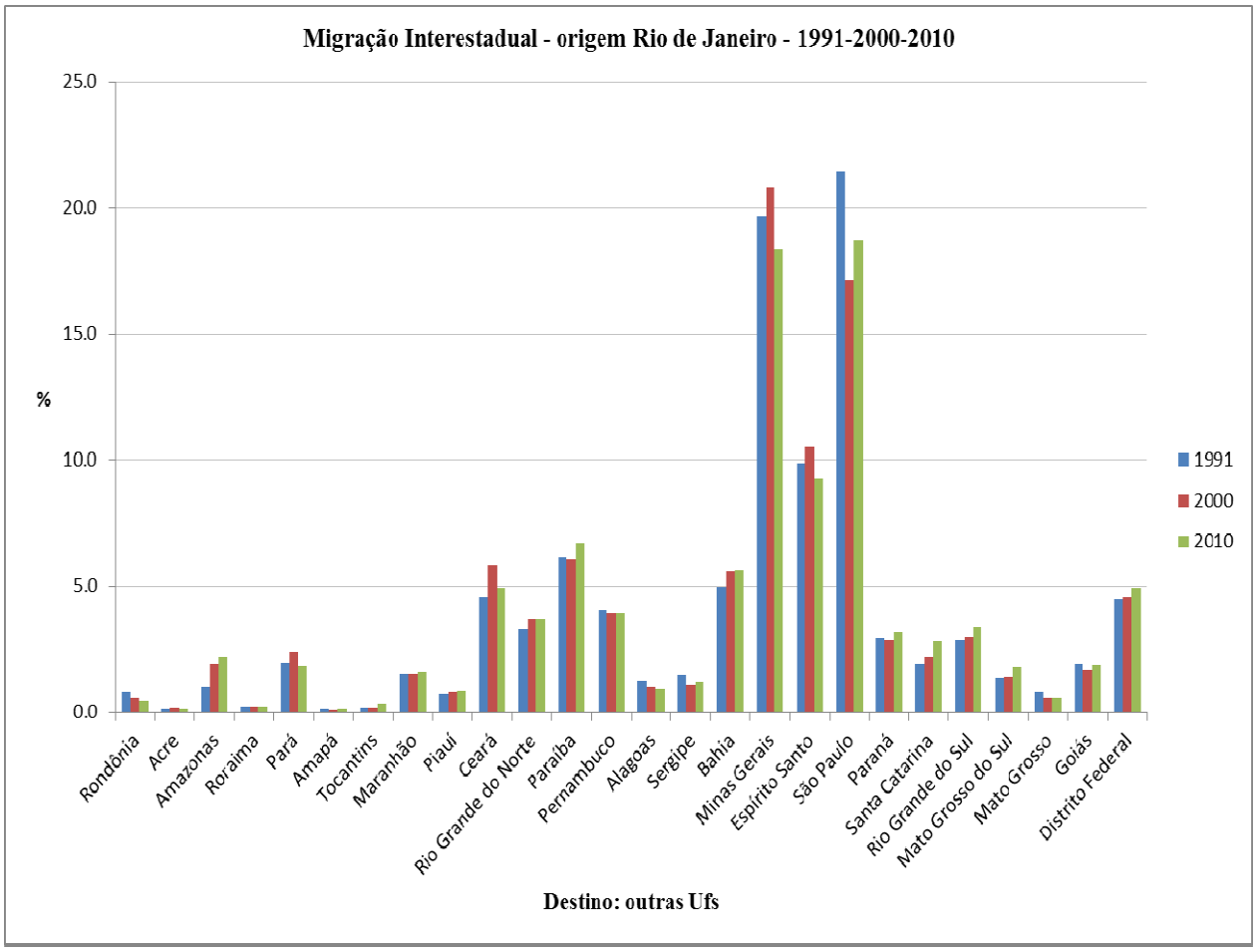
Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

No gráfico 2, observamos os volumes de migrantes emitidos pelo estado do Rio de Janeiro no período em estudo e verificamos que os estados que representaram os principais receptores de população foram os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo no ano de 1991. Apesar dos três estados já citados permanecerem como principais destinos de emigrantes do Rio de Janeiro no ano 2000, ocorreu uma diferenciação visto que nesse ano, Minas Gerais passou a ser o principal destino seguido por São Paulo e Espírito Santo. O que parece relevante nessa troca interestadual é que a mesma se revela uma troca intrarregional, pois há intensidade de troca entre os estados que constituem a Região Sudeste, uma região muito importante quanto à dinâmica econômica para o país. Para o ano de 2010, os principais destinos são confirmados para os estados do sudeste do país com um breve equilíbrio entre a recepção de Minas Gerais e São Paulo.

Gráfico 2



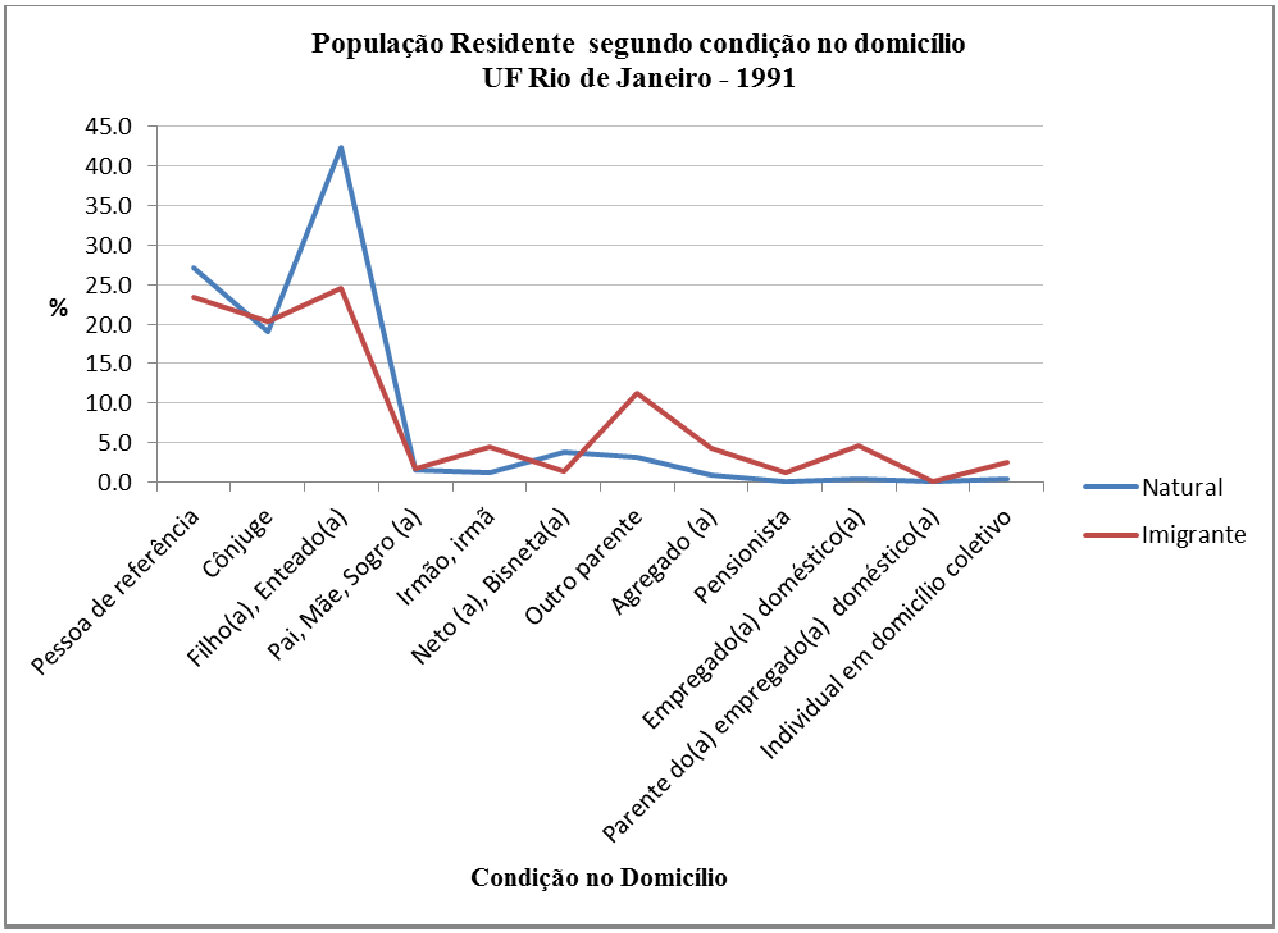
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Migração e outras características

Na busca por investigar mais elementos envolvidos na dinâmica da migração interestadual ao longo das três décadas em estudo, partimos para verificar o migrante (imigrante) e suas características em comparação com a população natural. Para isso, iniciamos a análise verificando a condição da população no domicílio.

No gráfico 3, observa-se que ao compararmos a condição no domicílio independente da condição de naturalidade, a proporção de filhos (as) e/ou enteados (as) é mais elevada que a condição de pessoa de referência, ou seja, do principal responsável pelo domicílio. Porém, ao considerarmos a condição de naturalidade como categoria de comparação percebemos que a população imigrante supera a população natural nas condições no domicílio referentes a irmão (ã), outro parente e empregado doméstico. A condição de empregado doméstico do imigrante chama muita atenção por ser quase cinco vezes maior em relação a população natural que ocupa a mesma categoria.

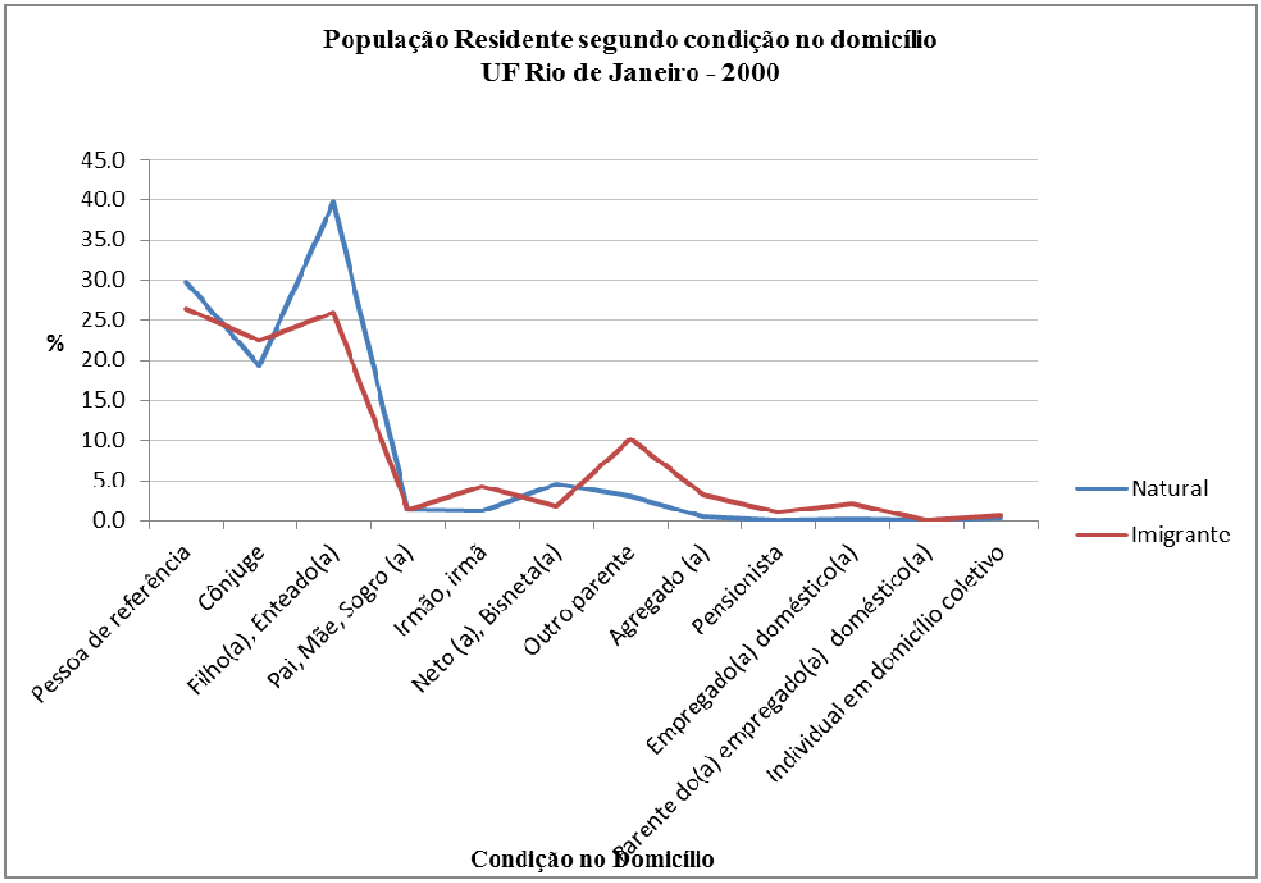
Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

No ano 2000, conforme gráfico 4, a categoria “outro parente” na ocupação do domicílio é proporcionalmente maior para o imigrante do que para a população natural, o que pode ser resultado do estabelecimento do imigrante na casa dos parentes ao chegar no destino. No mesmo ano é possível observar a redução da proporção da condição de “empregado doméstico” para os imigrantes e uma elevação da categoria referente ao “cônjuge”. A redução da proporção de “empregados domésticos entre os imigrantes pode sugerir mudança no perfil do imigrante quanto aos anos de estudo e atividade econômica.

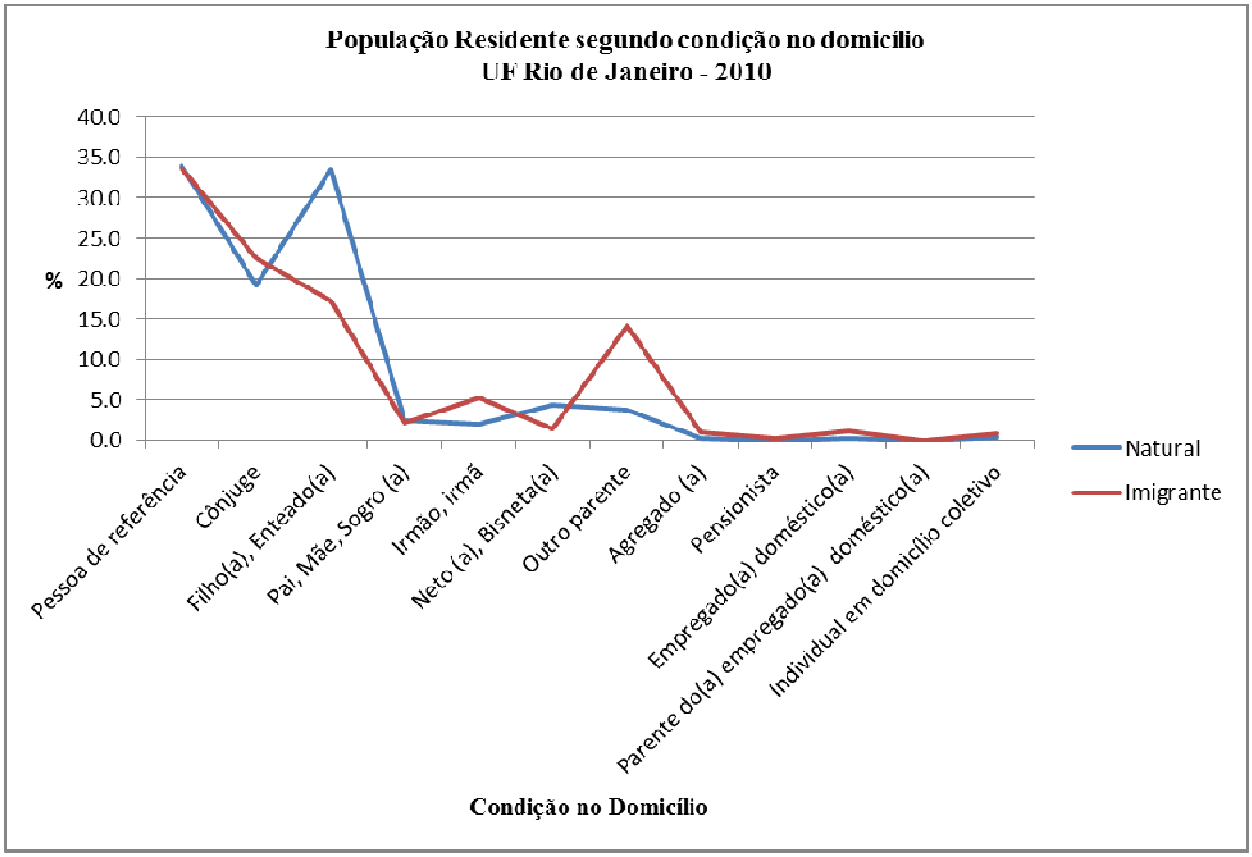
Gráfico 4



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

No gráfico 5, o ano de 2010 apresenta elevação para a condição referente a “outro parente” para o imigrante e confirma a redução da condição “empregado doméstico”. A população que migra para o estado do Rio de Janeiro parece passar por uma espécie de mobilidade social ao permitir sua entrada no estão com outra forma de ocupar o domicílio. Essas características também podem estar relacionadas ao fato do migrante buscar parentesco ou conhecidos prévios para se alojar.

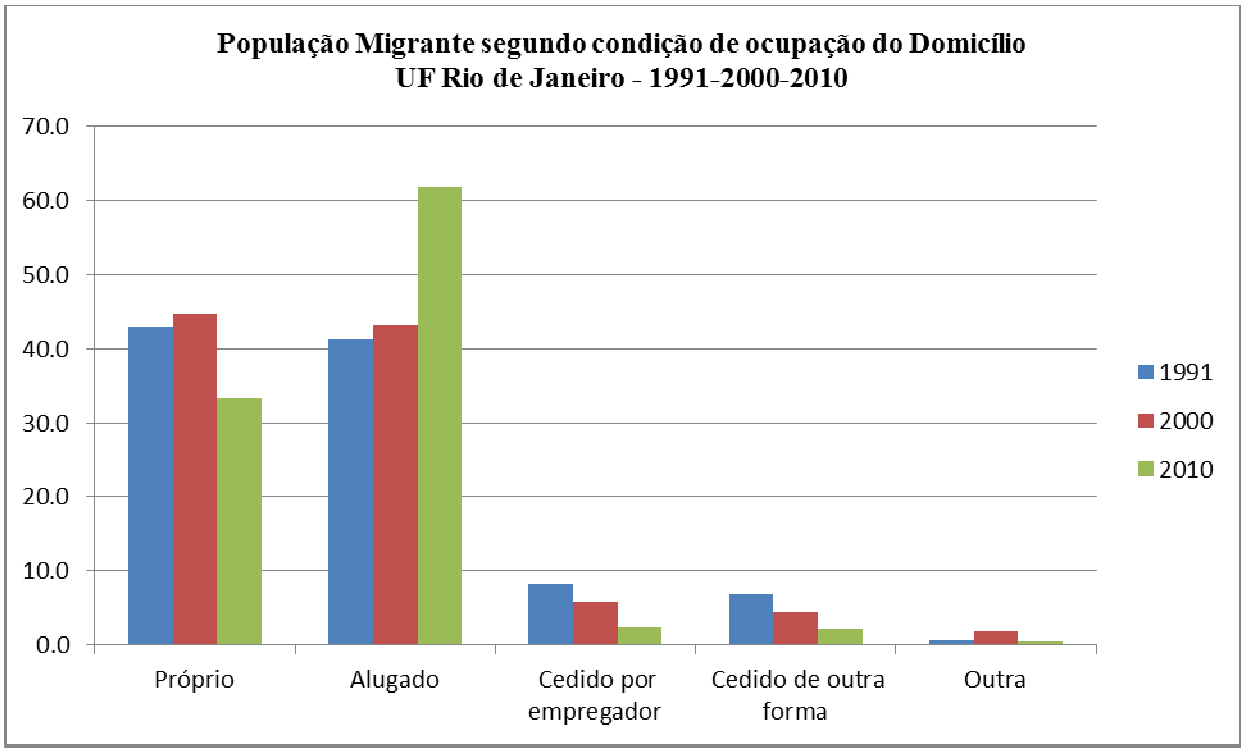
Gráfico 5



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Outra característica pesquisada foi em relação á ocupação do domicílio por parte do migrante, prioritariamente entre aqueles que se declararam como “pessoa de referência”. Conforme gráfico 6, no ano de 1991 essa população ocupava em maioria os domicílios próprios. No ano de 2000 essa característica se mantém muito parecida com a década anterior, porém no ano de 2010, a condição de ocupação “alugado” supera e muito a proporção dos “próprios” para a população migrante.

Gráfico 6

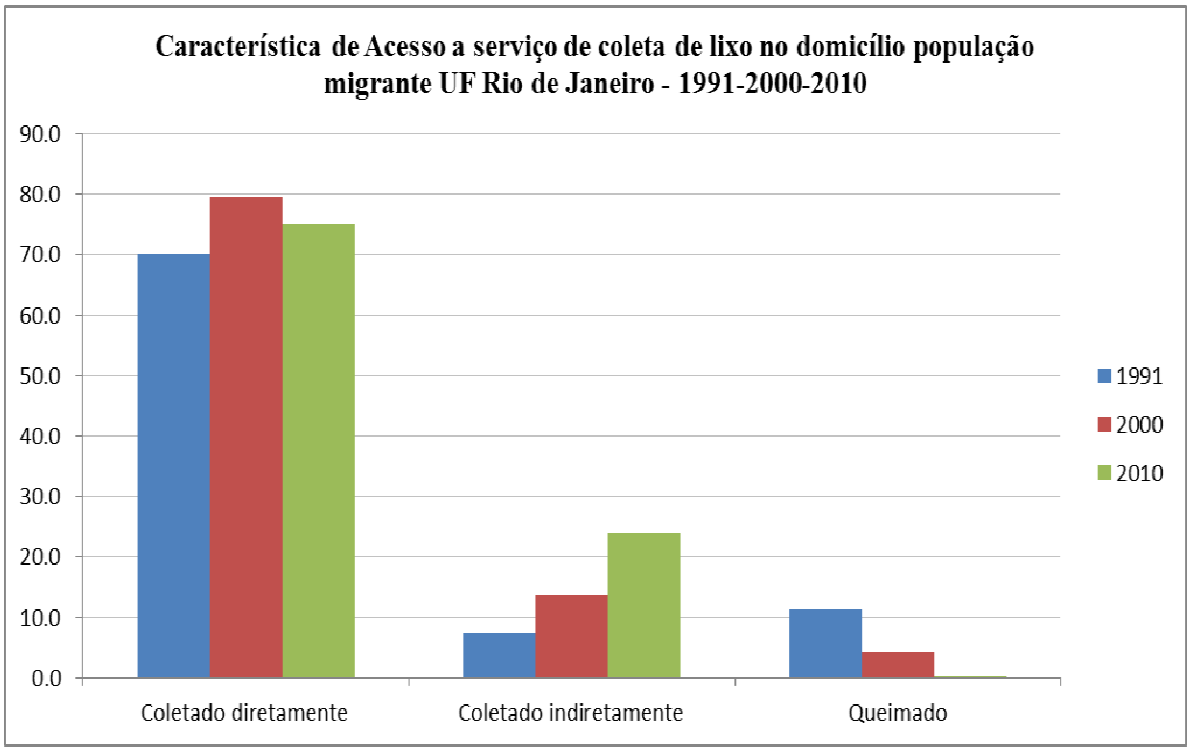


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Acreditamos que a forma pela qual o imigrante faz moradia na área de destino reflita a forma do acesso do mesmo a está área, ou seja, a forma pela qual o imigrante está se apropriando da área de destino. Por isso é importante verificar o acesso que o domicílio dos migrantes tem à serviços de infraestrutura básica como coleta de lixo e abastecimento de água. Considerando que no estado do Rio de Janeiro a maioria dos domicílios foram declarados com acesso à energia elétrica, optamos por observar apenas o acesso ao serviço de coleta do lixo e do abastecimento de água.

No gráfico 7, observando as características de acesso à serviços de coleta de lixo dos domicílios dos migrantes percebemos que durante todo o período de estudo os domicílios tem acesso à coleta direta por serviço de limpeza pública em sua grande maioria. Porém, no ano de 2010 foi verificada uma proporção acima dos 20% de domicílios cujo lixo é coletado indiretamente.

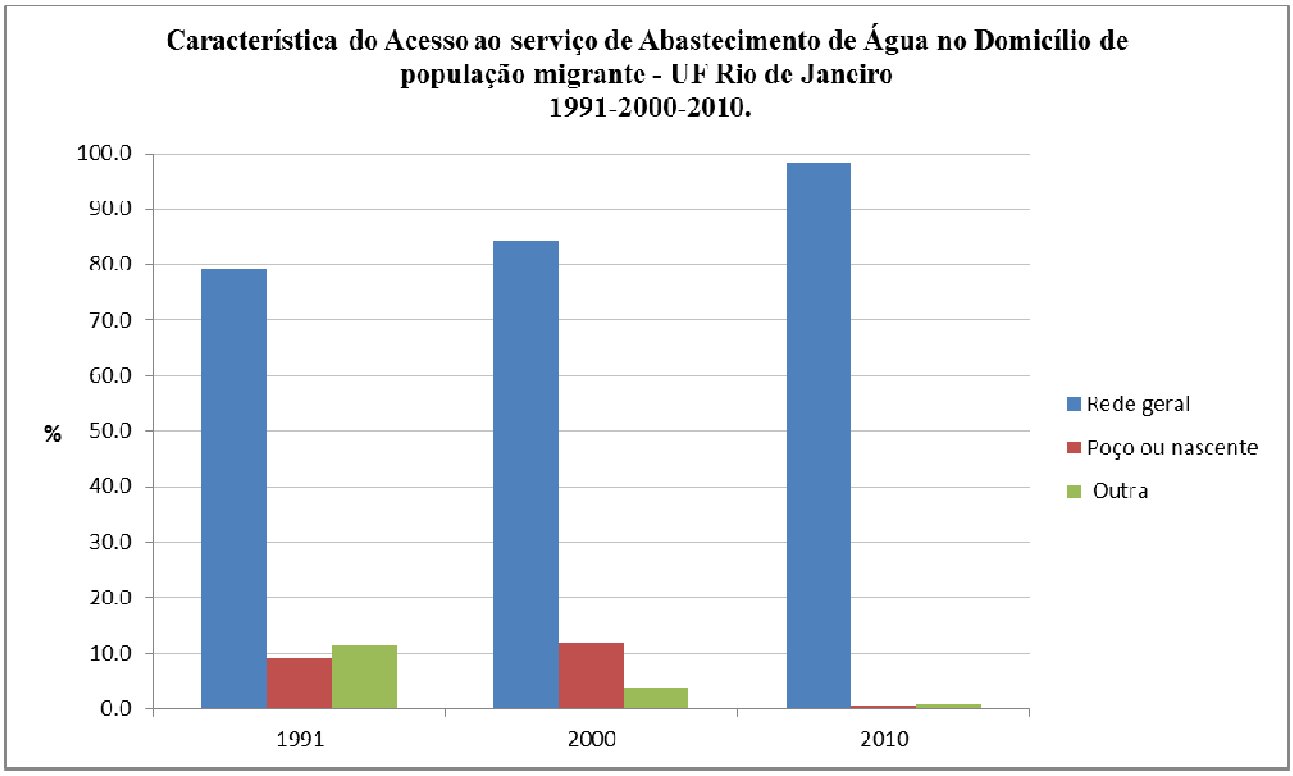
Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

No que tange ao acesso a serviço de abastecimento de água, o gráfico 8 revela que o acesso predominante é referente à rede geral de abastecimento. O domicílio dos migrantes não diverge em características de acesso a este serviço se compararmos com a população natural, pois como já foi mencionado, a condição de naturalidade não é suficiente para interferir em características que são mais influenciadas pelo espaço urbano. Podemos até afirmar que no ano de 2010 os domicílios dos imigrantes com acesso à rede geral de abastecimento de água alcança a maior proporção dentre as outras modalidades, o que pode indicar o avanço da distribuição de infraestrutura no estado.

Gráfico 8



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Considerações Finais

As migrações interestaduais no Brasil passaram por períodos de arrefecimento nas décadas de 1970 e 1980, mas a partir dos anos 1990 voltaram a se dinamizar com o enfoque na situação de domicílio urbano-urbano.

O estado do Rio de Janeiro se mostra como receptor de população enviada dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo. Por outro lado, o Rio de Janeiro enviou população para os estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo caracterizando uma dinamização da migração intrarregional no Sudeste do país.

Em busca de outras características no estudo da migração no estado do Rio de Janeiro apuramos a condição no domicílio por parte do migrante em comparação com a população natural e concluímos que na década de 1990 os imigrantes ocupavam intensamente a condição de "empregado doméstico", o que reduziu consideravelmente chegando ao Censo de 2010 com uma representação maior na categoria de "outros parentes".

Observamos também que segundo a condição de ocupação do domicílio pela população migrante, nas décadas de 1990 e 2000, a maioria declarava residir em domicílio próprio, seja já pago ou em pagamento. No Censo de 2010, a categoria referente à condição de ocupação "alugado" é preponderante para os imigrantes.

O acesso à infraestrutura na área de destino e a forma de residir pode representar a forma como o imigrante se apropria do espaço de migração, sendo assim, selecionamos o acesso ao serviço de coleta de lixo e de abastecimento de água para verificar a infraestrutura disponível para o domicílio do imigrante, apesar de considerarmos que a condição de naturalidade não é suficiente para determinar o acesso ou não á serviços de infraestrutura.

Verificamos que a maioria dos domicílios investigados tem acesso ao serviço de coleta direta do lixo por empresa de limpeza, assim como, a maioria também tem acesso ao serviço de abastecimento de água ligado à rede geral de distribuição.

Referências

Cunha, Jose Marcos Pinto da e Baeninger, Rosana. Las migraciones internas em el Brasil contemporâneo. Notas de Poblacíon nº 82, CEPAL, 2007.

Lago, Luciana Corrêa do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: REVAN, FASE, 2000.

Martine, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980. Documento de Trabalho, Instituto Sociedade, População e Natureza, Brasília, 1993. Mimeo.